

## DEFININDO O VALOR HISTÓRICO: UMA REFLEXÃO SOBRE PATRIMÔNIO

ALICE REGISTRO FONSECA<sup>1</sup>

RENATO PALUMBO DÓRIA<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo discute a importância das definições de valor histórico atribuído ao patrimônio e bens culturais utilizando-se como principal referencial teórico o livro “*O Culto Moderno dos Monumentos*” (“*Der Modern Denkmalkutus*”, 1903) de Alöis Riegl. Compreendendo que a noção de Patrimônio se constituiu a partir de uma rede simbólica do homem relacionada ao conhecimento acumulado, à memória, e à história, discorreremos também sobre a importância da discussão e conhecimento das questões gerais a respeito das concepções sobre História e Historicidade e sobre os problemas gerados por atribuições mal empregadas. O estudo aponta a necessidade de constante e insistente indagação sobre a quem pertence o passado, quem são os donos do passado e se existe um único conhecimento histórico verdadeiro.

**Palavra-Chave:** Preservação Patrimonial, História, Memória, Atribuição de Valor.

### Abstract:

The objective of this study was investigate the importance of the definitions about the allocation of historic value on Patrimony preservation and conservation. We contextualized the discussions with text produced by Alöis Riegl –“The Modern Cult of Monuments”(“*Der Modern Denkmalkutus*”, 1903). Understanding that Patrimony concept was formed inside of symbolic net of man, related to knowledge accumulated (memory and history), we discussed some important questions about History and problems with misunderstanding of this meaning. This research deal with permanent indagation about to

---

<sup>1</sup> Graduanda em Artes Plásticas pela UFU/FAFCS/DEART; Bolsista do PIBIC-CNPQ (2007-2008), alicinharegistro@yahoo.com.br .

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Artes Visuais UFU.

whom the past belong, who are the owners of past, and If there is only one truly historic knowledge.

**Key Word:** Patrimonial Preservation, History, Memory, Allocation of Value.

## INTRODUÇÃO

O Patrimônio pode ser compreendido como o próprio ecossistema do homem, e também como ambiente que fabrica para si, situando-se, ele próprio, no âmago desse processo de construção, usualmente chamado de cultural. Neste sentido, vale lembrar que o significado dos artefatos culturais não se encontra neles próprios, mas sim é dado pelas múltiplas e dinâmicas inter-relações que se estabelecem entre estes e o homem. Compreender, neste contexto, o dinamismo destas inter-relações, é fundamental, pois os significados em jogo não são estáticos, mas pelo contrário, encontram-se em permanente movimento, transformando-se continuamente através dos diversos deslocamentos que estes artefatos sofrem -temporais, culturais, sociais, históricos, etc.

“Não há uma verdade que se auto-apresente e que dispense a construção e o discurso. Se há discurso, há sujeito. Se há sujeito, há construção”. (REIS, 2003, p.155)

No caso da identificação de um Patrimônio existe um criador e reproduzidor de formas e objetos estéticos e simbólicos, e dos conhecimentos empíricos e teóricos relativos a estas produções, com seus procedimentos, técnicas, métodos e classificações.<sup>3</sup> A noção de Patrimônio se constitui em uma rede simbólica do homem, relacionado ao conhecimento acumulado, à memória<sup>4</sup>.

A memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde um documento escrito até os grandes monumentos arquitetônicos. Esses bens patrimoniais tornam próximo o que é distante no tempo e no espaço. (MEIRA, 2004, p.36)

O sentido de Patrimônio pode abrigar dezenas de conceitos diversos. Na sua

---

<sup>3</sup> Classificações estas que envolvem nas distinções entre os Patrimônios: monumento e objeto, pintura e escultura, arte popular e arte erudita, entre sítios e monumentos.

<sup>4</sup> “Atribuição de valores está ligada ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário” (MEIRA, p. 13)

origem latina, por exemplo - *patrimonium* - encontra-se a associação entre a noção de paternidade e de pátria; pressupondo ainda as noções de herança, legado, posse. Já Lemos (1985), define como Patrimônio Cultural tudo o que está ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas.

Os valores que um patrimônio consiste são identificados dependendo de cada momento da sociedade. Ao longo do tempo, foram revelados diferentes sentidos e valores em relação àquilo que foi nomeado patrimônio, como: histórico, artístico, cultural, edificado, antropológico, entre outros.

A atribuição de valor tem como objetivo promover o reconhecimento dos monumentos mediante o potencial cognitivo, e pode, por exemplo, propiciar as bases materiais para a formação de uma nação. (que visa na propiciação das bases materiais da formação de uma nação). É fundamental estabelecer os valores para saber o que preservar, pois as estratégias de proteção e conservação podem mudar de acordo com o contexto e os valores associados ao bem. (DELPHIM, 2005)

Um dos elementos essenciais neste processo de valorização e significação patrimonial é o ‘valor histórico’ - conceito

que, embora carregado de múltiplos e ambíguos sentidos, é um dos mais identificados neste contexto ampliado. Contexto no qual fazem parte não apenas os agentes, ou ‘especialistas do patrimônio’ - historiadores, arquitetos, museólogos, restauradores, etc.- mas também um conjunto mais amplo da sociedade.

Nessa pesquisa a atenção é voltada para o uso da atribuição de valor histórico para a determinação da importância da salvaguarda de um patrimônio.

Dessa forma, dizer que algo é ‘histórico’ - mesmo que não se esclareça bem o porquê de tal qualificativo, e o porque se encaixa mais a algumas obras e eventos do que a outros - equivale a dizer que este algo é ‘importante’, e portanto, digno de ser preservado. O problema dessa freqüente utilização é de talvez não haver uma discussão sistemática e aberta, e ainda sem uma consciência clara sobre o que se define ou não o caráter ‘histórico’ das coisas.

Nesse estudo averiguamos que a utilização do valor histórico não se apresenta apenas atualmente, muito pelo contrário, pode-se dizer que é o valor atribuído mais antigo a ser empregado a um bem, e ainda continua sendo o mais explorado.

Verificamos que a determinação do ‘valor histórico’ é utilizada por muitos

indivíduos como instrumento ideológico e político expressando o interesse dos próprios, de grupos profissionais e sociais específicos. Acarreta-se assim, a utilização do poder para o benefício próprio do mundo capitalista, e se esquece dos outros sentidos de preservar tal patrimônio.

No decorrer do estudo surgiram questões relativas a essa determinação do que é valor histórico, dentre elas foram: A quem pertence o patrimônio?, Quem define patrimônio como tal?, Qual a importância de um bem para a sociedade e para o poder?, entre outras, que surgiram no transcorrer da problematização do assunto levantado.

As ações preservacionistas exercidas sobre os bens nas modernas sociedades são consideradas significativas para a memória social. Os bens conservados estabelecem um contato afetivo, físico, cognitivo e sensorial entre o atual e o passado. Conforme os registros da História Brasileira o sentido de caracterizar um bem quanto à significação cultural e histórica nacional teve seu início na monarquia –quando em 1742, Dom André de Melo Castro, Conde de Galveias e Vice-Rei do Estado do Brasil, enviou um pedido para a proteção de um monumento de valor histórico no território nacional ao governador de Pernambuco Luís Pereira Freire de Andrade, propondo a proteção das

construções deixadas ali pelos holandeses. Ainda que, uma iniciativa para a proteção de um monumento considerado de importância para a história da pátria, tenha acontecido durante o período de governo de Dom Pedro II, demorou muito tempo para ocorrer um outro pedido de proteção ao monumento. Sendo que somente mais de um século depois, que um novo documento visando a proteção de um monumento foi expedido, 13 de dezembro de 1855. (GONÇALVES, 2001)

Observa-se que os monumentos reivindicados para a sua proteção foram a partir da importância referencial à história da nação. Nesse período quem determinava a proteção de um bem eram os governistas e estes possuíam uma visão elitista (e governista), ou seja restrita, pois desconsidera todo o restante da história<sup>5</sup>.

Além dessa falha, dado que foi feita a partir de considerações exclusivas, verificamos que foi apenas um pedido de proteção envolvendo auxílio a defesa do monumento, sem preocupação em manter preservado e resguardada a sua memória estética e cultural.

---

<sup>5</sup> Posteriormente, em outro tipo de governo que se incluiu na definição de Patrimônio, assim devendo preservar, os bens relativos aos negros, índios, populações rurais, imigrantes, etc. Sendo considerado por Maria Cecília Londres o “patrimônio cultural não-consagrado”, ou seja, os bens de valor etnográficos excluídos da história oficial.

Outras iniciativas aconteceram nos anos de 1920, mas o poder constituído demonstrava má vontade em fazer com que a preservação dos monumentos fossem prioritárias. Nesse mesmo período houve um deslocamento da proteção do patrimônio histórico da esfera nacional para a esfera estadual. Contudo, o Estado não conseguia assegurar a proteção do mesmo, pois o Código Civil não previa sanções àqueles que atentassem contra o patrimônio. Muitas discussões e problemas se seguiram até a nova Constituição Federal de 1934, que efetivamente criou a proteção legal do patrimônio artístico e histórico brasileiro. (GONÇALVES, 2001)

A partir da nova Constituição Federal de 1934, houve a criação, em 1937, do instituto SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Idealizado pelos intelectuais modernistas, como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, dentre outros, e sob a Direção-Geral de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram instituídos e elaborados os conceitos de patrimônio, que se tornaram dominantes no Brasil, inclusive sendo adotados pelo Estado. O objetivo dos modernistas era criar uma identidade nacional, e como ponto de partida eles optaram pelas cidades coloniais mineiras,

tornando-as o eixo principal e norteador da prática de tombamento. Na época cidades como Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Congonhas, São João Del Rei e Tiradentes sofreram o tombamento por esses modernistas. (NAKAMUTA, 2005).

O próprio órgão fiscalizador e provedor da preservação (atual IPHAN) sofreu uma transformação de caráter, assumindo todas as histórias e culturas desse país tão gigantesco em tamanho e rico culturalmente. O foco passou dos valores exclusivamente estéticos e de grandes fatos centrais para além dos excluídos da concepção de cultura.

Houve um crescente desenvolvimento referente aos ideais e uma reformulação de seus critérios e atividades. De forma que, impulsionou estratégias para novas ações que dessem conta das novas demandas e proporcionando uma intensa reestruturação interna através de sua modernização e integração às políticas internacionais.

Na Constituição da República de 1988 foi então consolidada uma visão mais diversificada, gerando até a criação da Carta Magna, que alargou o conceito de patrimônio cultural e atribuiu valores aos bens: de natureza material e imaterial, de portadores de referência à identidade, e da

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira – diferenciando do Decreto Lei 25/37.

A importância da criação do instituto e de salvaguardar as memórias de uma nação advem do fato de que a cidade é o produto de toda uma história que nela se cristaliza e se manifesta, conforme apontado por Argan (1995), no seu livro *Historia da Arte como história da cidade*.

A arquitetura da cidade - corpo, estrutura e simbolismo nas formas- é por excelência a representação de histórias, de modo que tudo o que não funciona na cidade reflete os defeitos da cultura.

É possível identificar a definição da cidade ao acúmulo cultural, desde a Antiguidade, no qual ela era um sistema de comunicação e de informação, com uma função cultural e educativa. Os monumentos urbanos, por exemplo, não tinham uma razão apenas comemorativa, mas também didática – continham toda uma memória das cidades.

Pensar a cidade como fruto de uma história em pleno movimento e desenvolvimento, nos gerou a necessidade de conhecer e entender melhor uma possível significação e discussão do que é História.

Dentre alguns autores estudados, Paul Veyne (1982) afirma que a História refere-se a um relato de acontecimentos

verdadeiros, ao contrário do romance, pois essa é uma atividade de conhecimento. Contudo, Veyne acreditava que a História opõe-se à ciência ligada à física ou a análise econômica – a história é o acontecimento de fatos, enquanto a ciência é conhecimentos das leis que regem os fatos.

Como exemplo, “a física estabelece a lei da queda dos corpos, já o historiador ocuparia na narração da queda”. (VEYNE, 1982).

Veyne (1982) aponta ainda um diferencial crucial entre as duas disciplinas: os fatos históricos nunca se verão acontecer duas vezes, ou seja, a verdadeira diferença é que “o conhecimento da ciência é um corpo de leis e o histórico é um corpo de fatos”.

Veyne (1982) ainda afirma que a História é pessoal e singular. Para explicá-la ele expõe um exemplo: ao invés de recolher apenas uma biografia particular de um camponês do Nivernais, chamado ‘Pierre à la Guillaume’, Veyne substituiu pelo estudo de itens específicos que narrem toda a história dos camponeses do Nivernais; no qual se encontraria a biografia de Pierre. Então, este “terá conservado todos os seus traços específicos, mas perdido a sua singularidade de indivíduo”. (VEYNE, 1982, p.12)

Já H.G. Gadamer (1988) apresenta a definição de historicidade em primeiro lugar referenciada aquilo que ocorreu realmente e não como uma simples tradição lendária. Gadamer aprofunda na significação dizendo que quando o intelecto infinito toma consciência da sua própria situação histórica é que a historicidade se constitui.

### **Material e Métodos**

A fundamentação teórica utilizada para a reflexão sobre o conceito de valor histórico e o seu uso nas ações de preservação patrimonial, foi a partir da análise de noção dos monumentos históricos identificados pelo historiador da arte austríaco Alöis Riegl (1989). Ele deixou para humanidade legados importantes, contendo análises agudas sobre a função dos monumentos históricos e suas formas de apreensão por uma dada sociedade, no livro *“O Culto Moderno dos Monumentos”* (*“Der Modern Denkmalkutus”*, 1903). Este trabalho foi parte de um projeto de organização legislativa para a conservação dos bens na Áustria.

Riegl é um marco para todo o estudo da preservação, conservação e restauração, pois se sabe, que de registro, ele o foi o primeiro a definir os valores histórico e

artístico, e a introduzir novas nomenclaturas de monumentos. Até então os pesquisadores desse assunto<sup>6</sup> não haviam aprofundado nas definições e reflexões sobre os patrimônios, eles apenas se preocuparam em propor uma ação de restauração e de manutenção – assim, uma questão prática.

Riegl procurou analisar a questão dos monumentos históricos a partir de diferentes percepções que o contato dos monumentos suscitavam nos indivíduos, e não sob o ponto de vista do Estado ou enquanto representação da nacionalidade. Ele considerava as formas de recepção, de percepção e de fruição dos monumentos.

Apesar de Riegl ter trabalhado as definições de valores novos -como de “Rememoração”, de “Antiguidade” ou “Antigo”, “Histórico”, de “Rememoração Intencional”, de “Contemporaneidade”, de “Uso”, “Artístico”, valor como “Novidade”, e “Artístico Relativo”- enfocamos, no presente trabalho, apenas o estudo em torno do valor histórico.

O monumento histórico, Riegl afirma ser uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço. Como também “Tudo que foi e hoje não é mais”. Ou seja, caracterizam os monumentos históricos todas atividades

---

<sup>6</sup> Viollet-Le-Duc, John Ruskin e Camilo Boito.

humanas que existem como testemunho. Dessa forma, identificamos um primeiro problema, a questão desse sentido ser muito amplo, considerando todos acontecimentos como histórico. Como é possível com tantos fatos e monumentos saber identificá-los?

Para tentar responder essa pergunta Alöis Riegl afirma que o centro da concepção moderna de história é a noção de desenvolvimento e de evolução. Ou seja, essa evolução caracteriza as relações entre as artes e os monumentos (e assim, da concepção de história) de diferentes períodos. Dessa forma, o valor que é atribuído ao monumento, e daí uma forma específica que este culto irá assumir, está diretamente relacionado com outro conceito chave do pensamento de Riegl, a *kunstwollen* –vontade artística- de cada época. (CUNHA, 2006)

Pelo fato de Alöis Riegl ser historiador da arte, ele escolhe um caminho para a definição de monumentos que mantém sempre a linha de discussão relacionando os valores de arte e de história. Chega-se num ponto em que os conceitos esbarram: “Todo monumento de arte é ao mesmo tempo um monumento histórico”; e “Todo monumento histórico é também um monumento artístico”. Desse modo, abre-se o caminho para a valorização positiva de

toda e qualquer manifestação artística, ampliando-se sobremaneira o alcance do culto patrimonial. (KÜHL, 2006)

A noção de monumento histórico para Riegl representa um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana. Ou seja, o monumento passa a ser identificado como documento histórico, e por essa razão deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento preciso de sua criação. No monumento histórico, Riegl busca então a paralisação do processo de degradação sofrido pela obra, ainda que admita as transformações já impostas pelo tempo como parte da história do próprio monumento.

### **Preservação Patrimonial e o Valor Histórico**

A quem pertence o passado? Quem são os donos do passado? Essas e outras perguntas relacionadas foram surgindo enquanto elaboramos o estudo sobre a História. Pode-se dizer que foram identificados três pontos principais de discussão envolvendo a problemática da noção de História. As três questões envolvem noções complexas sobre a história, as fontes de pesquisa e a verdade histórica.

A primeira questão que se coloca envolve os grupos de agentes e os estudiosos sobre o patrimônio, eles devem e podem saber as leis e conceitos, aplicá-los na ação patrimonial, porém não refletem a fundo ou não deixam explicitada a principal consideração que eles devem tomar conhecimento –a noção do que é ser histórico, artístico, cultural, antropológico entre outras definições. Como nessa pesquisa a principal e mais relevante preocupação é o estudo sobre a história venho aqui alertar sobre essa questão.

As definições são de extrema importância para designar um patrimônio, para poder conservar, preservar e inventariar; para poder distinguir que aquelas primeiras designações de proteção à um momento aconteceram segundo a visão do poder governamental, excluindo a cultura da minoria de poder (porque sua descendência já foi disseminada por todo o país, desde aquela época).

Portanto, o problema de não ater na definição dos detalhes dos valores empregados à um bem pode gerar um estudo raso ou até equivocado do assunto. A temos como exemplo o pedido de proteção para as construções holandesas, no qual a intenção não era apenas de conservação da história do local, mas possuía uma tendência valorativa

aos feitos de guerra de um mandato –assim, uma visão superficial ou restrita do acontecido. O que se pode perceber é que Dom Pedro II quis proteger as construções para no futuro seus sucessores vislumbrassem o feito da expulsão dos holandeses, isto é, a importância de se conservar as construções pela história ocorrida no local não foi o principal motivo, mas a memória desse governo vitorioso que conseguiu a expulsão dos holandeses em suas terras por um período.

Nesse primeiro ponto levantado é importante frisar o quanto uma atribuição de valor sofre influencia do momento em que se é identificado, deve-se levar em conta todas as significações diferentes de cada época da nação. As noções equivocadas podem ir além de atribuições mal empregadas, podendo ser apenas uma falta de identificação de valor para uma dada sociedade. O que deve-se prestar atenção é se na atribuição de valores houve confusões e enganos, para não gerar uma modificação da maneira de conservação e até um possível restauro do monumento.

Também nessas noções equivocadas para as definições de patrimônios é importante chamar atenção quanto às pessoas de má índole, com visões voltadas para o capital e o poder. Infelizmente as

idades estão tomadas por pessoas que aproveitam do poder para conseguir embargar processos definidores de patrimônios para benefícios próprios ou de parceiros nas chamadas especulações imobiliárias. Outro ponto infeliz em relação ao poder é quanto a alegação de falta de verba para um possível restauro de uma casa importantíssima, já para outros bens há existência de superfaturamento. É tanto um crime político, ideológico como da falta de respeito à história da nação.

O segundo ponto é também um problema que alguns estudiosos da matéria História discutem –quando a afirmação da história acontece pela própria subjetividade do historiador, aliando quase a noção de hipótese. O historiador José Honório Rodrigues (1970), no livro *História e Historicidade*, realiza uma metáfora que exemplifica bem essa questão. Ele apresenta a matéria História como um iceberg no oceano, no qual consiste um terço a possibilidade de visualizar, sendo a parte da história em que se tem os registros dos fatos, e o restante é invisível ao olhar, ou seja a maior parte, comparado à história é o que só pode imaginar, sendo assim, fatos não registrados, momentos e eventos perdidos, heróis e vilões desconhecidos.

Existem então dois tipos de fontes, aquelas já exploradas e interpretadas por diferentes historiadores e autores, e aquelas que só estão guardadas na memória de poucos. Uma idéia de solução para essa questão poderia ser nos pesquisadores focarem mais especificamente em algum acontecimento próximo de sua vida e cidade, no sentido de um estudo ser melhor explorado em seu todo conhecimento.

A discussão do que é história, como é sua construção e metodologia chega à um momento que outros conceitos relacionados aparecem para sustentar as questões. A partir da idéia da história ser um construto intelectual, um discurso de Frank Ankersmit (MALERA, 2002, p.41) define de forma poética como é o processo de interpretação histórica, “como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sobre ela”. Encontramos nesse momento um ponto de união entre história e historiador, no qual definem como produto intelectual a Historiografia –ou seja, “escrever história” no sentido mais amplo da palavra- e assim também a filosofia da história definisse

como objetivações que aspiram a compreensão da história, como formas elaboradas e diferenciadas da consciência histórica.

Nas diferentes manifestações do construto mental chamado História, a historiografia pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. Expressão essa que nos ajudou a refletir a necessidade de conhecer mais sobre o patrimônio desejado à salvaguarda, pois a historiografia pressupõe a experiência social de um historiador, caracterizada por um certo grau de especialização, eventualmente de profissionalização e sua função numa ordem política e social. (MALERA, 2002)

Já a questão da verdade histórica é nada mais do que já foi apresentado nas outras questões, porém agora envolve no discurso sensível sobre os objetos.

Um exemplo que liga as três problematizações e ainda faz referência a essa última é a questão do mercado de patrimônio, que desde a criação dos museus e antiquários, depois da Revolução Francesa, vem agregando valores em bens sem sentido, acarretando numa reinvenção da identidade cultural. Isto é, alguns antiquários proporcionam uma aura do passado para um melhor lucro próprio, dizendo que tal móvel foi criado em 1800, e na verdade ele não é.

Portanto, pode-se dizer que esse passado pertence a uma memória “desenvolvida” a partir de fontes não necessariamente verdadeiras, mas que explica uma história possivelmente ocorrida. Todos que um dia contaram uma história pode-se considerar o dono dela –nesse sentido afirmamos a idéia de que a história está sempre sendo redescoberta por diferentes fontes e visões, podendo elas serem verdadeiras ou não, mas que contam uma narrativa de algum acontecimento. Assim o problema acontece quando a história é modificada sabendo da sua verdade. Aproximando esta questão e contextualizando na idéia de preservação patrimonial seria como propor modificar um patrimônio sabendo ao certo suas características estéticas.

Argan (1995), em sua obra “História da Arte como História da Cidade”, alerta a respeito do que pode acontecer a uma sociedade que não valoriza sua história e vê seus objetos de arte como fragmentos do passado fora de um contexto atual. Conseqüentemente contribuí para que cada vez mais os fatos urbanos não sejam vistos como fatos artísticos importantes de serem preservados. Afirma-se que, de formas particulares, a cidade é coisa humana,

produzida pelas mãos, um testemunho da memória e valores.

O patrimônio histórico é hoje um importante nicho de negócios na área do marketing cultural, movimentando grandes volumes de investimentos e com grande presença na mídia face à visibilidade social dos imóveis históricos. Este não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. O Patrimônio Cultural, diferentemente das outras modalidades da cultura, restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos, de parcerias e de novos negócios.

Está acontecendo em todo o mundo, o revival de centros históricos, com seu charme possibilita recuperar centros que apresentavam grandes problemas urbanos, face ao seu abandono. Revitalizados, eles se tornam centros turísticos e de vitalidade econômica. A inserção desse patrimônio

histórico no desenvolvimento econômico e social está ocorrendo com grande frequência na cena contemporânea como turismo, cultura e lazer. Considerando que grande parte do turismo se faz baseado no patrimônio histórico, é possível compreender o alcance dos investimentos sobre esses patrimônios.

\*

O surgimento à preocupação do preservar os bens históricos, segundo Yacy Ara Froner (2001), iniciou a partir da procura do homem pelo passado para compreender sua história, construir seu universo mental, fundamentar suas práticas e seus discursos. Através da criação dos museus públicos os bens históricos tornam acessíveis, de forma vir a ser uma valiosa memória.

O momento da modernidade, definido por alguns autores na época da Revolução Industrial e ligada ao Romantismo no século XIX, gerou novas teorias e práticas de conservação e de restauração. A descoberta das ciências físicas e químicas levou o progresso da história da arte, da arqueologia, e até da própria disciplina História. (CHOAY, 2001)

Enquanto singular coletivo, a história é um processo sistemático que marca a experiência da modernidade. Nesse cenário,

coincidente com a concepção da 'história absoluta' que deu início à filosofia da história, mesclaram-se o significado transcendental da história como âmbito da consciência e da história como âmbito da ação. Paradoxalmente, o surgimento da filosofia da história, singular coletivo, coincide com as consciência da existência de 'história', no plural. (MALERA, 2002, p.41)

Na Revolução Francesa houve a transferência de acervos de bens móveis e imóveis, junto com a destruição de todas as referências do regime antigo, denominado destruição de ideologia. Por esse motivo criou-se depósitos de bens móveis, e invenção de novos usos para os bens móveis. Por sorte em 1791 instruções de critérios de conservação de bens imóveis foram desenvolvidas, com interesse voltado pela história, a beleza do trabalho. Houve a elaboração do conceito de monumento histórico e dos instrumentos de preservação –museus, inventários, tombamento e a reutilização dos edifícios.

Já a noção de preservação e as questões sobre a verdade histórica de hoje são diferentes daquelas de 50 anos atrás, em cada novo contexto o modo de como preservar, os valores que se atribuem e as noções de restauração mudam. Nesse sentido, a preservação é uma realidade histórica, e não um fato genérico. Existem pesquisas que mostram como os registros, os

estudos que definem um Patrimônio (o inventário) são mobilidades realizadas atualmente, verificando que nos primeiros tombamentos não houve tal atitude por falta de importância que esses instrumentos tinham na época.

Atualmente nas questões envolvendo a verdade do conhecimento histórico, os historiadores dizem estar cansados de discuti-las, pelo fato da influência de Annales e Foucault. Esta postura os afasta da relatividade do saber histórico, da verdade do conhecimento histórico, da possibilidade de descobrir ou constituir um sentido para o passado e para o inacabado presente futuro. Os problemas metodológicos e epistemológicos da nova história são outros: a especificação de um método de análise, a delimitação dos conjuntos e subconjuntos que articulam o material estudado, no qual nesse estudo não é o foco central. (REIS, 2003)

Nos seus trabalhos, Foucault se preocupa em descrever as ciências humanas a partir de uma inter-relações de saberes, e do estabelecimento de uma rede conceitual. No seu livro *A Arqueologia do Saber*, de 1969, ele procura responder como os saberes aparecem e se transformam. (REIS, 2003)

Apesar de Foucault não se dirigir muitas vezes sobre a questão da história, ele

está sempre tentando responder sobre o conhecimento em geral, para explicar o tema principal do seu estudo, o poder, rompendo com as concepções clássicas. Para Foucault, o poder além de reprimir, também produz efeitos de verdade e de saber, que muitas vezes não são os reais. Nesse estudo sobre as verdades, os saberes e o discurso que um poder produz é que levanto minhas questões referentes a História. Ainda que Foucault se atem nas relações do poder, muitas de suas falas diz respeito no campos da História. (REIS, 2003)

Segundo Francisco J. C. Falcon os historiadores tem estudado em excesso as discussões sobre a crise da História no sentido do fazer do historiador e o produto de tal fazer: o discurso histórico. Portanto, com ajuda dessas reflexões dos estudiosos do assunto que apresento minhas colocações.

A hipótese que Falcon parte é na crise da História ser real e tendo como característica ou efeitos a incidência sobre o processo de produção do conhecimento histórico à escrita da História –envolvendo assim o historiador e seu discurso.

O autor do livro História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade, o José Carlos Reis (2003) faz um estudo reflexivo “para trás”, “intre-

retrospectivo”, um retorno crítico contrastante ao que já se pensou.

Todo conhecimento histórico é ao mesmo tempo uma tomada de posição, um ponto de vista relativo e quer ser verdadeiro (...) Nem a física, aliás atende àquelas exigências da objetividade plena. A objetividade plena é uma utopia (...) O físico também intervém na construção de seu objeto –seleciona, delimita, cria processos de análise, levanta hipóteses. A física e a matemática são criações humanas e estão submetidas às condições sociais e históricas. (REIS, 2003, p.152 e 153)

Segundo Reis, para Kant, a perspectiva da verdade é aquilo que um sujeito humano pode reconhecer com alguma segurança sobre objetos bem delimitados. Kant ajuda na reflexão do conhecimento como verdade quando diz que o conhecimento é resultado de uma relação cognitiva, incluindo um sujeito e um objeto. Então, a produção do sujeito pensante é o real conhecido, a exterioridade em si. O homem refere à verdade como um conhecimento humano controlável, possível, lógico, racional comunicável, isto é, verificável por uma experiência controlável e criticada.

Um historiador que defende sobre contar a verdade sobre a História é o Eric Hobsbawm (1998), afirmando que aquilo que os historiadores investigam é real. Ele

acredita na impossibilidade de haver história se não distinguir entre o que é e o que não é. Como exemplo ele afirma que Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. Assim, fica claro como esse historiador é “possessivo” em relação à verdade histórica. Para ele o passado que se estuda é apenas um constructo de nossas mentes, no qual considera esse constructo tão válido quanto outro, quer apoiado pela lógica e por evidências, quer não.

O relativismo por parte de Hobsbawm é deixado de lado, pois segundo suas afirmações na medida em que a história se constituiu parte de um sistema de crenças emocionalmente fortes, não há nenhum modo de decidir, em princípio, se o relato bíblico da criação da terra é inferior proposto pelas ciências naturais. Para ele, essas afirmações são apenas diferentes.

Hobsbawm ainda relaciona o relativismo histórico com o relativismo nos tribunais, onde depende da avaliação da velha evidência positivista para se concluir se o acusado é culpado ou não.

A “crise” da ciência, e a epistemologia da História é aqui apontada como parâmetros da radicalização dos princípios epistemológicos da ciência moderna. Em outras palavras, a discussão

epistemológica da história começa a vasculhar os princípios de verdade dos discursos hegemônicos sobre o passado. Há diferentes visões e posições referentes a essa discussão, desde os Annales na França, os marxistas, as idéias de filósofos e historiadores como Foucault, Kant, Hobsbawm, Diehl e entre outros.

### **Resultados e Discussão**

Optamos pela literatura de pesquisa das definições de História e Historicidade, não focadas somente à questões patrimoniais, pois além de verificarmos escassos estudos referentes à atribuição de valor (em específico o histórico), acreditamos assim ter ampliado a discussão, como também não encontramos melhores definições, explicações, conclusões e problematizações sobre a História do que os próprios historiadores.

Não foi previsto estudar apenas um ou outro filósofo e historiador, mas tentamos abarcar o mínimo que fosse das propostas de alguns, que escolhemos, fazendo as referências de como estes estudiosos compreendiam a maneira da história ser interpretada. Nessa pesquisa observamos o quanto essa questão epistemológica sobre a

História tem diferentes repercussões ideológicas, mas enriquecedoras.

Verificamos também que os historiadores têm levantando questões referentes à verdade histórica, a consciência do que é história, a sua problemática e o relativismo. E dessa forma, ficamos mais confortados em levantar questões também quanto ao uso desse valor histórico aplicados aos bens patrimoniais.

Dentre as perguntas e problemas que surgiram ao longo do estudo três pontos se destacam: as noções equivocadas sobre a história, fonte de pesquisa e a verdade histórica. Todas possuem uma particularidade quanto a problemática, porém é possível identificar uma similitude entre elas no ponto de partida dessa atribuição de valor, no qual o problema encontra-se encrustrado na maioria dos casos na significação mal empregada e investigada por parte do atuante.

A responsabilidade é inteira do agente ‘salvador de patrimônio’, seja ele quem for. E por esse fator decisivo seria necessário que todos esses atuantes conhecessem mais sobre a importância dos conceitos de: histórico, artístico, cultural, arquitetônico, antropológico, entre outros.

### **Conclusão**

Finalizamos o estudo com um resultado já esperado desde o início, o fato de como uma significação de patrimônio pode levá-lo ao esquecimento ou a super valorização, gerando restaurações caras e demoradas, e que muitas vezes não seria o mais recomendado para o mesmo. Esse resultado fica claro quando consideradas as definições de valores desenvolvidas por Alois Riegl, pois em cada tipo de valor identificado por ele encontra-se apontada uma possível preservação e restauração. Em outras palavras, Riegl utilizou a classificação dos monumentos definindo os significados de cada valor para assim chegar a uma conclusão de qual seria a melhor maneira de salvaguardar e manter a mesma importância dos bens para toda a vida.

Acreditamos, que o resultado obtido não é uma resposta exata, pois há vários caminhos que a sociedade envolvida na salvaguarda de um patrimônio deve encontrar para comportar as ações de preservação. Isto é, a quem pertence o passado?, Quem são os donos do passado?, são perguntas que envolve muitos. Nesse sentido, como chegar numa solução para o estabelecimento de uma única verdade histórica?

Na pesquisa se verificou ainda a existência de estudiosos refletindo sobre o que é a História, o que ela representa, e entre outros valores também. Contudo, nos vários registros de tombamento não aparecem tais discussões de valores, o que se encontram são o uso deles sem um devido critério.

Não basta apenas declarar por documentos que tais patrimônios devem se preservar pelo seu valor histórico, por acreditarem que sejam, mas deveria-se, com ajuda de profissionais, realizar um inventário que respondesse as tais questões levantadas. Levando em consideração assim, sua legitimidade, autenticidade e estima para as gerações futuras.

Na Declaração de Nara, resultado da conferência cuja temática envolvia a autenticidade, observa que a conservação do patrimônio está relacionada aos valores que são a eles atribuídos, os quais dependem da credibilidade das fontes de informação disponíveis. Contudo, como já mencionado, é difícil conseguir estabelecer critérios fixos, tanto pela escassez como pela variedade de significações segundo diferentes contextos culturais.

Dessa forma, chega-se a um ponto de constatação de que não existe uma identidade única, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes

grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Dentre vários exemplos que existem quando a história é modificada sabendo da sua verdade, descobrimos através da revista da edição especial da *Veja* 2008 sobre *O Melhor do Brasil* (em termos de turismo), a existência do Hotel Fazenda Marrecas, que localiza-se em Maragogi, no litoral norte de Alagoas.

O hotel que ocupa uma área de cerca de 26 milhões de metros quadrados, é um exemplo de desprezo pelo passado e as suas diversas verdades. Pois, ao lado do casarão do século XVIII as ruínas parciais da antiga senzala sofreram um longo e detalhado processo de restauração, segundo o próprio dono, ganhando um pavimento e dando lugar a suítes e apartamentos com todo conforto da vida moderna.

Ainda que, segundo o site oficial do hotel tenha mantido a arquitetura da época, destacando a eira e beira de telhas originais, é possível imaginar o quanto foi modificado para tal acomodação, pois quem conhece a história da escravidão do país sabe que a senzala foi um lugar sem acomodações adequadas para alguém viver. Na senzala não havia divisões de cômodos, no mesmo galpão todos os escravos comiam, dormiam e faziam suas necessidades, era uma total

desconsideração com a vida deles. Nesse sentido, fica difícil de se imaginar ter preservado a aura do passado desse recinto, pois imaginamos apenas ter preservado a estrutura de galpão presente. Ou seja, a memória do sofrimento dos escravos foi apagada para dar lugar ao conforto do hóspede.

Assim, precisamos ficar atentos sobre o uso dos patrimônios históricos, no sentido que se deve sempre manter ativa a forma como era originalmente, para não se perder a aura da história, pois essa senzala não se constitui como da forma original e nem faz referencia a memória. Deve-se sempre pensar a quem pertence esse passado, para que seja conservada a sua memória, mantendo suas características originais da história.

Deveríamos nos mobilizar frente ao descaso das autoridades perante a memória; ao abandono das histórias perdidas no tempo; à falta de preocupação em casos que necessitam de cuidados; a desconsideração de culturas locais.

Concluimos que há a necessidade de alertar a todos em relação à necessidade de conhecer o máximo possível sobre a verdade histórica de qualquer patrimônio que seja, para que ele conserve sua história e sua aura do passado. Assim, a valorização do

patrimônio depende, necessariamente, do nosso conhecimento.

### **Bibliografia**

ARANTES, Antonio Augusto. A Preservação de Bens Culturais como Prática Social. Revista de Museologia, São Paulo, ano 1, n.o 1, p.12-16, 2.o semestre de 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995

BURKE, Peter. Testemunha Ocular-História e Imagem. Bauru: EDUSC, 2004. Cultura Material através de imagens, p. 99-125.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001

CHUVA, Márcia. A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende, Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p. 41- 50

CUNHA, Teresinha Helena de Alencar. A Identificação de Valores Culturais em Programas de Educação. In:\_\_. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p. 51-55

CUNHA, Claudia dos Reis. Alöis Riegl e 'O culto moderno dos monumentos'. Revista CPC. São Paulo, v.1, n.2, p. 6-16, maio/out. 2006.

CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais. 3ª edição revisada e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Manual de Intervenções em Jardins Históricos. Brasília: Monumenta-IPHAN-Ministério da Cultura, 2005.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura Historiográfica- Memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005

GADAMER, H. G., História e Historicidade. Rio de Janeiro: Gradiva, 1988. Historicidade-Introdução, p. 101-102.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003

GOMES FILHO, Octavio da Silva. Tombamento- aspectos jurídicos relevantes ante a necessidade da preservação do Patrimônio Histórico. Ribeirão Preto. Monografia (monografia em Arquitetura) - Universidade de Ribeirão Preto, 2004.

GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. Os Domínios da Memória – um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos *campi* da Museologia, Arquiologia e Ciência da Conservação. São Paulo. Tese (Doutorado do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

HOBBSNAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Prefácio, p. 7-13

JENKINS, Keith. A História Repensada. São Paulo: Contexto, 2001

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abril 2006.

LEMOS, Carlos A. C., O que é Patrimônio. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MALERA, Jurandir. Em busca de um conceito de Historiografia – Elementos para uma discussão. Revista Varia História, Departamento de História Programa de Pós-graduação em História UFMG, no. 27, julho 2002

MEIRA, Ana Lúcia. O Passado no Futuro da Cidade – Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. Reflexões acerca dos Historiadores/Conhecedores da

Arte no IPHAN e suas contribuições para a Historiografia da Arte no Brasil, In: Festival de Arte, 2006, Uberlândia.

NUNES, José Horta. Leitura de Arquivo: Historicidade e Compreensão. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível: [http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interp\\_retacao/Jose\\_horta.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interp_retacao/Jose_horta.pdf); Acesso em: 12 fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Péricles Antônio Mattar de. Patrimônio Histórico – um bom negócio para todos: Possibilidades de iniciativa privada com interesse público. Disponível: [http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/um\\_bomnegocio.shtml](http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/um_bomnegocio.shtml); Acesso em: 12 fevereiro de 2008.

REIS, José Carlos. História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Relatório de Atividades Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003 – 2004

RIEGL, Alöis. Monumentos: Valores atribuídos e sua evolução Histórica. Revista de Museologia, São Paulo, ano 1, n.o 1, p.17-23, 2.o semestre de 1989.

RODRIGUÊS, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Cidadania, Rio de Janeiro, IPHAN, n.24, p.195-203, 1996.

RODRIGUES, José Honório. História e Historiografia. Petrópolis: Vozes Limitadas, 1970. O Marechal Wavell e a História Internacional, p. 288-292.

VEYNE, Paul Marie. Como se Escreve a História; Foucault Revoluciona a História. Brasília: UNB, 1982.

\_\_. História e Historicidade. Rio de Janeiro: Gradiva, 1988. Introdução, p. 9-15.

**WEB** (último acesso 07/07/2008)

[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/um>

[bomnegocio.shtml](http://www.bomnegocio.shtml)

<http://www.usp.br/cpc/v1/>